

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ISABELA BUENO LEMOS DA SILVA

**NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E PANDEMIA:
APROFUNDAMENTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO
PÚBLICO SOB A ÓTICA DO UTILITARISMO**

VARGINHA - MG

2022

ISABELA BUENO LEMOS DA SILVA

**NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E PANDEMIA:
APROFUNDAMENTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO
PÚBLICO SOB A ÓTICA DO UTILITARISMO**

Trabalho de Conclusão de PIEPEX do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) no campus de Varginha, realizado sob orientação da Profa. Dra. Vanessa Tavares de Jesus Dias.

VARGINHA - MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca
Campus Varginha

Lemos da Silva, Isabela Bueno.

Neoliberalismo, educação e pandemia : aprofundamento da mercantilização do ensino sob a ótica do utilitarismo / Isabela Bueno Lemos da Silva. - Varginha, MG, 2022.

27 f. -

Orientador(a): Vanessa Tavares de Jesus Dias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Neoliberalismo. 3. Pandemia. 4. Mercantilização do ensino. 5. Utilitarismo. I. Dias, Vanessa Tavares de Jesus, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

ISABELA BUENO LEMOS DA SILVA

**NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E PANDEMIA:
APROFUNDAMENTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO
PÚBLICO SOB A ÓTICA DO UTILITARISMO**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o trabalho de conclusão do PIEPEX (TCP) apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG.

Aprovada em: 11 de abril de 2022

Profa. Dra. Vanessa Tavares de Jesus Dias (orientadora) _____

Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma _____

Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira _____

VARGINHA - MG

2022

RESUMO

O neoliberalismo tem sido entendido como uma resposta engenhosa para a crise do sistema capitalista. Faz parte da lógica neoliberal desmontar os serviços públicos como maneira de fortalecer os setores privados que cumprem as mesmas funções. No caso da escola pública, no entanto, a ofensiva neoliberal pode ter também outros sentidos. Alteração da grade curricular, desqualificação dos profissionais da educação e acusação de que a escola está em descompasso com os interesses econômicos são alguns aspectos que parecem demonstrar que o capital não tem interesse em acabar em definitivo com o ensino financiado pelo Estado, mas sim em ajustá-lo de maneira a interferir na formação da futura classe trabalhadora, transformando-a em mão de obra apropriada para os interesses do “mercado”. O objetivo principal deste trabalho é compreender de que forma a vertente *utilitarista*, que permeia a teoria neoliberal, auxilia na compreensão do ataque à escola e permite examinar o declínio do ensino público crítico. Inspirado na tese de a “doutrina do choque”, de Naomi Klein, o objetivo secundário deste trabalho é examinar o possível aprofundamento dessa vertente *utilitarista* sobre as escolas públicas durante a crise sanitária da COVID-19. O problema que move esta pesquisa é justamente o aparente contrassenso entre a reiterada desqualificação da escola e de seus profissionais e a desarrazoada defesa da volta ao ensino presencial em momentos críticos de contaminação e de morte pelo coronavírus. Para tanto, o recorte temporal da análise começa com a Reforma do Ensino Médio, em 2017, e termina em 2022, momento em que a pandemia parece arrefecer. As perguntas de pesquisa são: 1) A teoria *utilitarista* explica o ataque neoliberal às escolas públicas?; 2) O capital se aproveitou da pandemia para mercantilizar ainda mais o ensino público? Para isso, utilizou-se de análises bibliográficas sobre o tema, juntamente com entrevistas coletadas de sites e jornais eletrônicos e publicações que corroborassem a compreensão da influência da política neoliberal no chão da escola.

Palavras-chave: educação; neoliberalismo; pandemia; mercantilização do ensino; utilitarismo.

ABSTRACT

Neoliberalism has been understood as an ingenious response to the crisis of the capitalist system. It is part of the neoliberal logic to dismantle public services, as a way of strengthening the private sectors that fulfill the same functions. In the case of public schools, however, the neoliberal offensive can also have other meanings. Alteration of the curriculum, disqualification of education professionals and accusation that the school is out of step with economic interests are some aspects that seem to demonstrate that capital has no interest in definitively ending state-funded education, but in adjusting it in order to interfere in the formation of the future working class, transforming it into appropriate labor for the interests of the “market”. The main objective of this work is to understand how the *utilitarian* aspect, which permeates neoliberal theory, helps to understand the attack on school and allows us to examine the decline of critical public education. Inspired by the thesis of the “shock doctrine”, by Naomi Klein, the secondary objective of this work is to examine the possible deepening of this *utilitarian* strand on public schools during the COVID-19 health crisis. The problem that drives this research is precisely the apparent contradiction between the repeated disqualification of the school and its professionals and the unreasonable defense of returning to face-to-face teaching in critical moments of contamination and death by the coronavirus. To do so, the time frame of the analysis begins with the High School Reform, in 2017, and ends in 2022, when the pandemic seems to subside. The research questions are: 1) Does *utilitarian* theory explain the neoliberal attack on public schools?; 2) Did capital take advantage of the pandemic to further commodify public education? For this, bibliographic analyzes on the subject were used, together with interviews collected from websites and electronic newspapers and publications that corroborated the understanding of the influence of neoliberal policy on the school floor.

Keywords: education; neoliberalism; pandemic; commodification of education; utilitarianism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO NEOLIBERALISMO	9
2.1 NEOLIBERALISMO NAS PAUTAS EDUCACIONAIS	13
2.2 NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	15
3. RETRATOS DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

Durante o ápice do período pandêmico do novo coronavírus se sustentaram abordagens que pleiteavam o retorno presencial das aulas nas redes de ensino, mesmo diante do alto índice de mortes notificadas. Até o referido momento, elas adotaram o ensino remoto emergencial como uma alternativa que visava implementar o distanciamento social e o isolamento entre alunos, professores e demais atuantes da rede.

Diante de um momento de vulnerabilidade coletiva intensificou-se o interesse por implementar preceitos dentro das bases educacionais públicas que atendam as estruturas do mercado, utilizando de um teor pragmático para solidificar um sistema que irá formar seres inerentes à estrutura de vida precarizada. O antropólogo e ex-ministro da educação brasileira, Darcy Ribeiro, em seu livro *Sobre o Óbvio: Ensaio Insólitos* apresenta que “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 1986, p.10). O interesse robusto das instituições privadas no ensino público representa notoriamente como esse referido projeto de sucateamento se faz presente no período apresentado, tendo em vista que a implantação de uma agenda neoliberal nas bases educacionais servirá para consolidar um sistema de cadeia produtiva que esteja à mercê da subalternidade do capital.

Com isso, tem-se como objetivo principal desse trabalho analisar múltiplas visões e teorias que abordam a vertente utilitarista como uma faceta da política neoliberal, procurando entender como a mesma auxiliou na mercantilização do ensino público durante a pandemia. Ademais, tem-se como objetivo secundário compreender se durante o período pandêmico houve de fato um aprofundamento dos interesses neoliberais dentro da escola pública, evidenciando o retorno às aulas como uma pauta utilitária desse sistema. Para isso, utilizou-se de revisões bibliográficas que corroborassem a construção de hipóteses acerca do tema, identificando quais os principais interesses desse sistema que explora e oprime indivíduos.

O presente trabalho está dividido em quatro seções, onde na primeira encontra-se esta introdução que traz visões iniciais a respeito do conteúdo a ser trabalhado, além de expor o objetivo e o método utilizado para construção da pesquisa. A segunda realiza revisões bibliográficas sobre o neoliberalismo e como o mesmo se estruturou na sociedade ao longo dos anos. Nela também se encontram subtópicos que contextualizam como a doutrina se estabeleceu dentro dos setores educacionais públicos e brasileiros. A terceira busca analisar

como a educação na pandemia foi assolada e coagida por preceitos neoliberais que se validaram com certa rapidez diante dos discursos sobre o retorno das aulas presenciais. Por fim, temos as considerações finais que mostram uma síntese e o teste da hipótese sobre o aprofundamento das pautas neoliberais no contexto educacional levantada inicialmente.

2. DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Surgindo como uma vertente da doutrina política liberal, o neoliberalismo emerge em meados do século XX nas sociedades capitalistas como

Uma reação e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p.1).

Os ideais liberalistas preconizavam que só caberia ao Estado um papel repressor e intervencionista em determinados serviços públicos mínimos, enquanto a sociedade e a economia deveriam ser dominadas pelo mercado e pela liberdade da propriedade privada. No entanto, essas pautas entraram em demasiado descrédito após a crise de 1929 que assolou o mundo capitalista (SILVA, 2013, p.127)

Segundo Magalhães (2016), com a transformação da função do Estado retratada pelos ideais do economista John Maynard Keynes (1883-1946) para a sobrevivência do capitalismo no auge de sua crise, os preceitos liberais acabaram por ficar em segundo plano. Após a Segunda Guerra, surge um tipo de Estado capitalista, que, segundo Borsato et. al (2005), está "[...] baseado pela teoria Keynesiana de ação reguladora do Estado através de estratégias anticrise".

Segundo Martins e Santos (2020), o Estado de Bem-Estar Social deveria atuar para conter a busca ininterrupta do mercado por lucros, estabelecendo regras trabalhistas, salários mínimos, programas de distribuição de renda e incentivo ao consumo popular, ou seja, deveria se utilizar dos impostos coletados para construir um mercado interno de massas, a fim de gerar demanda. Essa construção baseada nas ideias de Keynes produziram problemas para o capitalismo, visto que os impostos sob o capital aumentaram para que o Estado cumprisse o seu papel econômico e social (MARTINS; SANTOS, 2020). Dessa forma, as empresas também foram acometidas por esse aumento, uma vez que o aumento do salário dos trabalhadores afetou diretamente a taxa relativa da renda do capital, que acabou se reduzindo, enquanto o custo de produção cresceu exponencialmente. Com isso, criou-se uma série de obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo, visto que o mesmo sempre está em busca

de aumentar a sua taxa de lucro. Em contrapartida, segundo Bresser-Pereira (2016), a teoria desenvolvimentista em vigor ampliava a demanda, criava maior estabilidade e limitava a liberdade do mercado. Essa teoria pode ser explicada, para o mesmo autor (2016, p. 244), como:

Uma reação ao fracasso dos mercados e do liberalismo econômico na coordenação do capitalismo e refletiu as novas esperanças que surgiam ao fim da Segunda Guerra Mundial. Abrangeu o período de meados da década de 1940 até os anos 1960 [...] Adotou um método histórico-dedutivo em vez de hipotético-dedutivo e criticava a teoria econômica neoclássica e a lei das vantagens comparativa. Em suma, criticou a teoria econômica neoclássica com a tese da deterioração dos termos de intercâmbio; definiu a industrialização como mudança estrutural e o principal meio para se atingir o desenvolvimento econômico; apontou a “restrição externa” associada a duas elasticidades-renda perversas como razão adicional para a política de industrialização; aceitou a tese do crescimento com endividamento externo; defendeu um papel ativo do Estado.

Nessa perspectiva, o desenvolvimentismo seria uma derivação do keynesianismo, pressupondo a intervenção do Estado na economia, principalmente no setor de infraestrutura, para fomentar o crescimento do setor industrial.

Na lógica capitalista era necessário enfrentar as ideias desenvolvimentistas, para que assim o capital conseguisse ampliar a sua margem de lucro. É nesse cenário que se inicia a sedimentação de uma contraofensiva dos intelectuais neoliberais na Universidade de Chicago, conhecidos como “Chicago boys”, cujo principal precursor desses ideais foi o monetarista Milton Friedman. Friedman propunha o retorno em outra escala das ideias liberais que haviam sido marginalizadas a partir da crise de 1929. Seus ideais pautavam-se na larga escala de privatizações para reduzir os impostos, desregulamentação comercial e da força de trabalho, implementação de políticas antissindicais para a redução de direitos trabalhistas e dos salários. Além disso, Friedman preconizava um programa pelo qual o mercado retornaria a ser inteiramente hegemônico em relação ao Estado. Esse programa foi, aos poucos, obtendo apoio dos círculos capitalistas ao longo dos anos de 1970, período que ocorria uma certa estagnação da economia capitalista baseada no modelo desenvolvimentista. Desponta naquele momento a crise de 1973 (crise do petróleo), quando os preços do petróleo dispararam em decorrência da guerra Yom Kippur, entre Israel e os estados árabes (financiada pelos Estados Unidos), o aumento no preço do petróleo impulsiona as economias europeias e americanas a um duplo fenômeno de recessão e inflação (RISTOFF, 2008). De acordo com Zanatto (1998), diante dessa crise, as ideias neoliberais conseguem expandir a sua crítica ao modelo desenvolvimentista, propondo então um paradigma para o desenvolvimento do capitalismo.

O início da ditadura chilena de Pinochet¹ em 1973, foi o marco da implementação dos ideais neoliberais, as quais impediam os setores populares de se manifestarem, onde “o neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra” (ANDERSON, 1995, p.10). No final dos anos 70, o neoliberalismo começa a ganhar força e governos nos países capitalistas ocidentais, como exemplo na Inglaterra com Margaret Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan, tornando-se então a doutrina dominante dos círculos capitalistas, estabelecendo sua hegemonia, inclusive sob os partidos sociais democratas. Um dos principais traços do neoliberalismo se baseia na ideia de que não deve haver nenhum obstáculo para o lucro do capital. Segundo Anderson (1995), a doutrina socioeconômica vigente adota como essencial a desregulamentação da força de trabalho, o desaparecimento do Estado (privatizações) e a abertura econômica.

De acordo com Filgueiras (2006), no Brasil o neoliberalismo começa a se manifestar em três momentos dos anos de 1990 e início dos anos 2000. O primeiro ocorre durante o governo de Fernando Collor de Mello, no início da década de 90, quando o país depara-se nitidamente com a pauta da abertura econômica, que começa através da redução das taxas alfandegárias; o segundo momento, e também o momento de consolidação, advém do governo de Fernando Henrique Cardoso, em meados de 1995, quando os processos de privatização foram intensos; o terceiro momento se dá no período de 1998, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e parte do governo Lula, onde, neste, “[...] uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante” (FILGUEIRAS, 2006, p. 186). Nesse período salientado, o Estado deixa de possuir uma participação elevada, e abre portas para o incentivo ao capital privado, um exemplo claro disso são as privatizações que ocorreram nos anos 90 de estatais brasileiras pelo Plano Nacional de Desestatização (PND). De acordo com Rodrigues e Jungenfeld (2017, p.7):

As diretrizes da Lei no 8.031 iam ao encontro das propostas do Consenso de Washington, uma vez que o I PND explicitava o seu propósito de transferir para a iniciativa privada as empresas estatais para diminuir a presença do Estado na economia. Essa lei estabelecia ainda um limite à participação do capital estrangeiro nos leilões de 40% e determinava uma participação máxima, em caráter excepcional, de 15% para compra de ações de uma empresa estatal por outra estatal.

¹ A ditadura militar chilena (1973-1990), faz parte de um conjunto de ditaduras instauradas na América Latina durante o período da Guerra Fria, e por isso foram apoiadas pelos Estados Unidos. Solidificou-se então nesse período a aliança entre as elites empresariais e financeiras do país, possibilitando que o Chile passasse por profundas reformas de caráter neoliberal. Passando pelo desmantelamento do sistema público de previdência social, substituindo por um sistema privado.

Com esse plano, empresas estratégicas do ramo siderúrgico, energia, transportes, etc., como a Embraer e Açominas, foram privatizadas.

Para Anderson (1995), a estruturação neoliberal a partir das suas ações garantiu muito mais direitos e poderes aos países desenvolvidos e às grandes corporações que acumulam riquezas desenfreadamente, enquanto provocou ao longo do tempo endividamento, ditaduras militares financiadas, recrudescimento do Estado de bem-estar social e aumento das desigualdades para os países subdesenvolvidos.

Harvey (2000) apresenta em seu livro *Neoliberalismo história e implicações* o interesse da elite econômica capitalista financeira transnacional no discurso neoliberal e nas políticas de liberalização das barreiras econômicas que favoreceram o capitalismo financeiro, além de mostrar essa política como uma perspectiva sobre a liberdade, tendo seu viés político e econômico bem definido. A partir de então, o neoliberalismo se tornou uma palavra-chave para identificar uma espécie de mal-estar no mundo contemporâneo, que se relaciona com a afirmação de uma liberdade econômica, de um certo individualismo antissocialista, que teria sido a raiz de muito dos males sociais e econômicos do século XX, e que assume a figura de responsável pelas crises econômicas, desigualdades sociais e conflitos do mundo contemporâneo. Harvey (2000) mostra que a teoria o Estado neoliberal carrega como premissa garantir e fomentar o desenvolvimento de liberdades individuais, porém o neoliberalismo em sua prática real dentro dos Estados pretende estabelecer uma falsa liberdade sobre os indivíduos e a sociedade como um todo.

Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. Nessa situação, todavia, ele pode recorrer a uma arma secreta: a competição internacional e a globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais. Se não der certo, o Estado em questão terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo (HARVEY, 2000, p.80).

Nesse âmbito, qualquer sinalização que se expresse contrária e que ameace os ideais do capital financeiro, mesmo que seja para garantir as liberdades individuais, deve ser sistematicamente reorganizada, ou então extinta. Ou seja, criou-se uma lógica financeira em que tudo deve estar voltado para investimento e acumulação. Essa lógica não se fixa no mundo dos negócios, mas se espalha para dimensões sociais, privadas e individuais.

O neoliberalismo, pensado como uma organização da sociedade capitalista, também é cercado por pautas que o estruturam. Uma dessas pautas é a teoria utilitarista. Essa teoria filosófica carrega como princípio o consequencialismo, ou seja, uma ação ética às vistas do

utilitarismo terá consequências que irão gerar mais prazer do que dor, maximizando assim a felicidade. O filósofo Jeremy Bentham (1984) discutiu o utilitarismo de forma quantitativa propondo uma espécie de "cálculo de felicidade", isto é, o que irá determinar a ação é a quantidade de benefícios que ela proporciona. Enquanto John Stuart Mill (2020) refere-se à teoria de forma qualitativa, ou seja, não necessariamente importa a quantidade dos prazeres e sim a sua qualidade, quanto maior for a intensidade da felicidade proporcionada, mais assertiva será a atitude tomada. Nessa teoria, o consequencialismo reforça que a ação tomada não presume valor, mas sim o resultado obtido por ela.

No campo neoliberal, o utilitarismo atua de forma a menosprezar tudo aquilo que não seja rentável, ou seja, que não gere lucro (ORDINE, 2016). Para esse autor (idem, p. 12):

No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte.

Nesse sentido, proporcionar para uma população formação crítica e contínua é altamente perigoso dentro do parâmetro neoliberal, tendo em vista que o capital necessita de trabalhadores braçais conformados para suprir as demandas da mão de obra. Além disso, é preciso formar um novo tipo de trabalhador para uma nova morfologia da classe, adequada a uma sociedade financeirizada, marcada pelo desemprego e por trabalhos precários.

2.1 NEOLIBERALISMO NAS PAUTAS EDUCACIONAIS

A política neoliberal se apoia na premissa de sempre fortalecer o lucro do capital, utilizando-se de diversos setores da sociedade para que isso culmine. Pode-se evidenciar que no âmbito educacional as práticas neoliberais se estruturam para assim mercantilizar o ensino público, privatizando-o. Milton Friedman (1980), um dos pais do neoliberalismo, como citado anteriormente, instituiu a ideia do “*voucher* escolar” em que o Estado seria responsável por subsidiar a educação para estudantes de baixa renda, disponibilizando vales que iriam custear um sistema educacional privado, ou seja, Friedman preconizava a privatização das escolas e que o Estado deveria intervir na educação de dois modos:

O primeiro diz respeito aos “efeitos laterais” [ênfase no original], isto é, circunstâncias sob as quais a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos pelos quais não é possível forçar uma compensação, ou produz ganhos substanciais pelos quais também não é possível forçar uma compensação – circunstâncias estas que tornam a troca voluntária impossível. O segundo é o interesse paternalista pelas crianças e por outros indivíduos irresponsáveis. Efeitos laterais e paternalismos têm implicações muito diferentes (1) para a educação geral dos cidadãos e (2) a educação vocacional especializada (FRIEDMAN, 1980, p. 83).

O Chile foi o escolhido, após o golpe de Estado de 1973, como receptor do laboratório neoliberal. Na área educacional, esse país foi visto como um modelo.

A concepção de Estado subjacente tem influenciado as políticas educacionais difundidas na e para a América Latina a partir década de 1990, mediante compromissos mundiais e através de reformas promovidas pelos organismos internacionais que, hegemonzados pelos preceitos, neoliberais enfatizam o Chile como um modelo a ser copiado pelos países latinoamericanos (RISSI, 2019, p. 229)

Assim como Pinochet em 1980, outro incentivador desse sistema é o atual ministro da economia, Paulo Guedes, que também traz na pauta a criação de “*vouchers* educacionais”, utilizando em suas falas, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o exemplo dos Estados Unidos e do Chile no desenvolvimento desse sistema.

Guedes adiantou ainda que o governo está estudando a criação de um voucher da educação. O programa seria voltado para famílias com mais baixa renda e seria uma alternativa ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Isso porque o ministro está preocupado que, com a crise econômica causada pela pandemia, muitos jovens não sejam capazes de pagar os empréstimos que pegaram no Fies (RUSSI, 2021, p.1)

Se o “*voucher*” ainda não foi colocado em prática no Brasil, outros pontos da agenda neoliberal têm sido colocados na mesa de negociações políticas, os quais promovem um verdadeiro desmonte da educação pública crítica.

A reordenação da produção e de sua normatização, para recuperar a curva progressiva da acumulação, impulsionou o Estado a adotar o modelo neoliberal para a escola, transformando-a em serviços educacionais para as empresas privadas. Laval (2004) apresenta de forma sistemática as múltiplas formas de privatização do ensino, que não necessariamente abordam a cobrança de mensalidades. A privatização do ensino transforma a gama de concepções que são inerentes às escolas para aquelas que atendam as necessidades do mercado e das grandes empresas. Com isso, Laval (2004) observa que o modelo neoliberal escolar transforma a ideologia republicana em uma ideologia empresarial, pois a escola nessa perspectiva não deve formar cidadãos críticos, mas sim consumidores e trabalhadores flexíveis que sejam capazes de se adequar ao cenário de incertezas da vida profissional estruturada nos altos índices de desemprego. Nessa conjuntura, a emancipação intelectual do aluno foi reduzida ao “capital humano”, onde a preocupação de adquirir conhecimento é somente do aluno e de seus pais que investem em seus filhos para receberem os lucros do investimento no futuro. Esse conceito difundido por Schultz (1962) defende que a ascensão social depende exclusivamente de investimentos individuais e a ascensão social irá contribuir, paralelamente, para o progresso econômico do país.

O novo modelo de escola proposto naturaliza as propagandas de empresas privadas interiorizadas nas instituições escolares e que centralizam o poder público, transformando o diretor escolar em gestor pedagógico, responsável por tornar a escola eficiente a partir da obtenção de resultados satisfatórios que meçam a sua qualidade. Segundo Laval (2004, p. 209):

Esse vasto movimento de avaliação e de comparação internacional é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a "obrigação de resultados" conhecida por se impor tanto à escola como a toda organização produtora de serviços. Nisso, ela participa das reformas "centradas na competitividade" visando a fixar e elevar os níveis escolares esperados e, para isso, a normalizar os métodos e os conteúdos do ensino.

Nesse aspecto, a educação se torna mercadoria e a escola uma empresa, onde a dominação do capital é evidente, uma vez que o investimento em si retira uma das funções do Estado de investir em educação e em setores sociais.

2.2 NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira tem sido assolada pelas premissas neoliberais. O desenvolvimento das mesmas faz parte de um extenso projeto de sucateamento das instituições públicas. O enfoque na desestruturação do atual sistema educacional se direciona para outro que remete à despilitização e à promoção da cidadania de forma adversa.

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, expôs em sua obra *Pedagogia da Indignação* o referido cenário educacional:

É exatamente porque sei que mudar é difícil, mas é possível que eu me dou ao esforço crítico de trabalhar num projeto de formação de educadores, por exemplo, ou de operários de construção. De formação e não de puro treinamento técnico-profissional. Na formação não dicotomizo a capacitação técnico-científica do educando dos conhecimentos necessários ao exercício de sua cidadania. Na visão pragmático tecnicista, contida em discursos reacionariamente pós-modernos, o que vale é a transferência de saberes técnicos, instrumentais, com que se assegure boa produtividade ao processo produtivo. Este tipo de pragmatismo neoliberal a que mulheres e homens, ontem de esquerda, aderiram com entusiasmo se funda no seguinte raciocínio, nem sempre explícito: se já não há classes sociais, portanto seus conflitos também, se já não há ideologias, direita ou esquerda, se a globalização da economia não apenas fez o mundo menor, mas o tornou quase igual, a educação de que se precisa hoje não tem nada que ver com sonhos, utopias, conscientização. Não tem nada que ver com ideologias, mas com saber técnico (FREIRE 2000b, p. 43).

Dessa forma as novas bases educacionais acabam sendo modificadas para seguirem um padrão definido pelas estruturas do capital.

A Constituição Federal de 1988 prevê no Art. 210. que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e

respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Oito anos depois, em 1996, ainda no campo da educação, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que reforça essa ideia no seu Art. 26.:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p.1)

Em 1997, tem-se a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que representaram um grande avanço, sendo um referencial para um padrão de qualidade da educação brasileira. Eles já previam o desenvolvimento de competências e habilidades através de um ensino transversal e interdisciplinar. Em 2014, tem-se a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que reforça a necessidade de superar as desigualdades sociais e educacionais no Brasil e de melhorar o ensino através de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compõe um conjunto de diretrizes sobre as aprendizagens essenciais da educação básica, a serem implementadas dentro desse novo parâmetro de ensino. Esse plano teve o seu financiamento advindo do Banco Mundial, uma organização que “concentra suas atividades no empréstimo de recursos e na assistência técnica voltada para os países em desenvolvimento, especialmente da América Latina” (BORGES, 2010, p. 368). Com o crescente avanço do sistema privado, a partir do mesmo ano, começam a acontecer conferências, encontros e audiências públicas para discutir a BNCC. O presidente que assumiu em 2016, Michel Temer, sancionou em seguida para acompanhá-la à lei federal 13.415 de 2017, que diz respeito à Reforma do Ensino Médio e, em 2018, houve a divulgação do documento completo para a sua implementação, cujo prazo terminou em 2020.

O intitulado “Novo Ensino Médio” é uma representação clara do ápice neoliberal dentro do cenário educacional. A não obrigatoriedade da aplicação de disciplinas como filosofia, sociologia e literatura, em determinado ciclo de formação, é um marco para esse novo ensino, que pretende desamparar a construção do senso crítico dentro do processo formativo. A partir disso, essas matérias serão separadas em eixos temáticos onde os alunos, após um ano e meio de ensino médio, poderão escolher qual eixo irão seguir.

Neste sentido, a presente medida provisória propõe como principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular (MP 746, de 22 de setembro de 2016).

Porém, os eixos propostos não serão todos ofertados obrigatoriamente em todas as escolas. É possível inferir que nas periferias a tendência é que se apliquem mais eixos

voltados para a parte técnica e mercadológica do que crítica, visando reduzir custos, aumentando assim ainda mais o abismo entre as classes sociais, tendo em vista que as escolas inseridas em ambientes de classes médias e altas terão acesso, possivelmente, a todos os eixos propostos. Ainda que esteja ancorado na Lei nº 13.415/2017, a escolha do aluno sobre as disciplinas a serem cursadas, na prática, pode ser limitada pelas condições materiais e pela oferta de eixos de formação, se tornando, portanto, uma imposição.

Essa modalidade de ensino pode ser comparada a “Reforma Capanema” idealizada durante a Era Vargas (1930-1945), pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Ela previa o ensino secundário e com ele a separação da escola em duas: a que ofertasse o curso clássico e científico (uma escola de dirigentes) enquanto a outra ofertava o curso técnico-profissionalizante (escola de operários). Nessa perspectiva, temos um ideal dualista que divide as classes entre dirigentes e trabalhadores braçais, onde a segunda deve atender as necessidades da mão de obra.

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. (BRASIL, 1942, p. 23).

O neoliberalismo hierarquiza e nivela por meio de critérios pré-estabelecidos, tornando o sistema de ensino competitivo assim como o mercado. Dessa forma, são documentos de entidades, como o Banco Mundial, que orientam as políticas públicas da educação nas últimas duas décadas, articulando a educação e produção do conhecimento ao novo processo produtivo.

Ademais, o movimento Escola sem Partido (ESP), a partir de seu viés neoliberal, também tem vinculado desde sua criação, em 2004, ideais conservadores sobre a educação. No site do movimento, os idealizadores definem o projeto como “um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (Escola sem Partido, 2019). Os mesmos pregam combater todo e qualquer tipo de “doutrinação ideológica” praticada dentro das escolas públicas, ou seja, a ideia principal é que os professores passem os conteúdos aos alunos de forma isenta, apresentando sempre os dois lados da história.

Ainda dentro desse viés da existência de um ambiente de doutrinação nas escolas, em 2019, o Ministério da Educação (MEC) enviou um ofício às escolas para combater a doutrinação dentro da sala de aula (ESTADÃO, 2019), no qual “[o] objetivo, segundo o

ministério, é evitar propaganda político-partidária dentro de classe; diretrizes se assemelham ao que propõe o Escola sem Partido” (ESTADÃO, 2019, p.1). Identifica-se então que, nesse período citado, o próprio MEC corrobora a existência de espaços doutrinários, que necessitam de possíveis intervenções. Além de já sofrerem as mazelas da imposição neoliberal a partir do desmonte do ensino público, docentes enfrentam repressão com relação à sua liberdade de cátedra.

A educação neoliberal em sua concretude tem atingido países periféricos, como o Brasil, pois nestes há uma crescente necessidade de se desenvolver um novo sistema de recolonização. Segundo Johnson (2004, p.14):

Desta maneira, o papel que os países periféricos são chamados a desempenhar exclui as perspectivas do desenvolvimento nacional, sendo que, cada vez mais são compelidos a reduzir as resistências à livre circulação do capital internacional, assim como também incentivados a elaborarem políticas para restringir o êxodo de migrantes rumo aos países centrais, evitando eventuais situações de instabilidades nestes últimos.

Nessa perspectiva, esse processo na educação se estrutura para que não haja um processo formativo inclusivo e crítico, mas sim a formação de um ambiente educacional que conforme seus alunos para atenderem as demandas latentes do capital financeiro.

Sendo essa a pauta principal do neoliberalismo, que pretende intervir em qualquer setor que o ameace, como é o caso da educação, é necessário vetar toda e qualquer construção cidadã que se oponha a esse sistema. Portanto, pode-se verificar que a Reforma do Ensino Médio é um desses instrumentos utilizados pelo arcabouço neoliberal para melhor estruturar e dominar o setor formativo educacional.

3. RETRATOS DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

O Brasil vem sofrendo ao longo das décadas a implementação de facetas neoliberais em diversos setores sociais, como a educação, que vem sendo tratada como objeto de subalternidade do capital. Naomi Klein, autora do livro *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre* (2018), explica como determinados grupos de poder, ligados às grandes corporações, loteiam os estados e aproveitam os momentos de crise para impor as agendas neoliberais, pois são nesses momentos que as sociedades se encontram vulneráveis para conceber determinadas mudanças que lhes são desfavoráveis.

A Guerra das Malvinas, em 1982, serviu a um propósito similar de Margaret Thatcher no Reino Unido: a desordem e a exaltação nacionalista resultantes da

guerra lhe permitiram empregar uma força descomunal para derrotar os mineiros em greve e deslançar a primeira onda de privatizações realizada numa democracia ocidental. O ataque da OTAN a Belgrado em 1999 criou as condições para as privatizações na antiga Iugoslávia - um objetivo que antecedeu a guerra. Razões econômicas não foram as únicas motivações dessas guerras, mas em cada uma delas um grande trauma coletivo foi explorado com o intuito de preparar o terreno para a terapia de choque econômico (KLEIN, 2008).

Além disso, para Klein (2008), desastres naturais também são vistos como oportunidade para implementar essa doutrina, como, por exemplo, furacões, enchentes e tsunamis. No início de 2020, o mundo foi assolado pela pandemia da COVID-19. Em decorrência da pandemia, as estruturas políticas e sociais foram abaladas diante do cenário de caos na saúde instaurado, e foi durante esse período que muitos setores sociais e econômicos paralisaram as suas atividades. Nesses momentos de instabilidade, o capitalismo espera pacientemente para instaurar a “doutrina do choque” (KLEIN, 2008), e quando o momento surge, agentes políticos implementam mudanças com velocidade, a ponto de a sociedade não conseguir ter tempo para reagir. À medida em que as políticas neoliberais avançam, nota-se como os diversos setores são afetados. Para conter a disseminação do coronavírus, houve uma reformulação sistêmica no que se refere à educação, sendo necessário implementar o ensino remoto para as escolas públicas e privadas.

Os principais problemas na educação brasileira são a falta de investimentos, os baixos salários dos professores, pais que não participam da vida escolar dos filhos, agressão e abandono escolar. Segundo o Censo Escolar realizado em 2020 (UNDIME, 2021), o Brasil possui aproximadamente 47,3 milhões de estudantes da educação básica matriculados em escolas públicas, e segundo a UNICEF (2021) mais de 5 milhões de crianças não tiveram acesso à educação no Brasil em 2020, e em sua grande maioria essas crianças são pobres, negras, indígenas e quilombolas; grande parte desses estudantes vive na periferia, no semiárido, na Amazônia e nas zonas rurais. A pandemia expôs ainda mais as desigualdades sociais em que vivem os estudantes brasileiros. Num país como o Brasil, de dimensões continentais, os desafios para a educação continuar chegando nas regiões com acessos difíceis são ainda maiores.

Para muitas crianças e jovens, a quarentena significa fome, visto que para elas a merenda escolar era a única refeição diária. A desigualdade não remete somente à falta de água, luz, saneamento básico e o acesso à saúde e à moradia, mas também o acesso à educação. Além das desigualdades formuladas, criou-se uma utilidade crescente sobre a importância do retorno às aulas, mesmo diante do cenário caótico. Discursos constantes abordavam o quão necessário era o ambiente escolar na formação da criança e do adolescente,

em contrapartida manifestavam-se falas que desqualificavam os profissionais envolvidos na área da educação e por muitas vezes até a escola. Um desses discursos foi a fala do ministro da educação, Milton Ribeiro, que argumentou durante uma entrevista à rádio *Jovem Pan*, validando a escola como um espaço de doutrinação ideológica que necessitava ser recuperado. Disse o ministro: “é possível, com uma gestão pró-ativa em termos de valores, resgatar [o sistema educacional]. Talvez não seja eu quem faça isso, mas quero pelo menos lançar sementes [contra a ideologia de esquerda no ambiente educacional]” (RIBEIRO, 2020).

Ao mesmo tempo que tratava a escola como um espaço de doutrinação ideológica, o mesmo durante a pandemia salientava fortemente o retorno das aulas e classificava a escola como um espaço fundamental para a formação do estudante.

Quero conclamá-los ao retorno às aulas presenciais. O Brasil não pode continuar com as escolas fechadas, gerando impactos negativos nesta e nas futuras gerações. Não devemos privar nossos filhos do aprendizado necessário para a formação acadêmica e profissional deles. Estudos apontam que o fechamento de escolas traz consequências devastadoras (RIBEIRO, 2021).

Com as perspectivas apresentadas, podemos identificar que a escola possui um dualismo importante dentro do conceito neoliberal. Antes da pandemia a mesma era qualificada como um local de doutrinação ideológica, ou seja, um lugar não conveniente para a formação dos estudantes. Mas a partir do momento em que as mesmas foram fechadas em decorrência do vírus circulante, criou-se uma grande conveniência para que as mesmas retornassem às suas atividades presenciais, mesmo diante do alto índice de contágio e mortes. Afinal, ao que parece, é mais lucrativo para o capital que os alunos frequentem as escolas (mesmo num espaço “doutrinário”), do que ficarem em casa e atrapalharem a formação do processo produtivo.

Além do exposto, segundo Reis e Sartori (2018), a educação também tem sofrido com ataques mais severos desde 2016, o sucateamento educacional tornou-se um projeto instituído e intensificado nos últimos anos. O abismo para qual a educação brasileira tem sido levado se resume a uma das principais pautas do neoliberalismo: a privatização. Tal privatização, é possível afirmar, pode ser pela venda do sistema escolar para a iniciativa privada, pode ocorrer por “*voucher* educacional”, por adequação da escola aos interesses exclusivamente mercantis ou, mesmo, por meio de certa “privatização” das consciências.

Na perspectiva neoliberal, a educação se resume à ênfase no ensino privado e na formação de elites intelectuais para atender as exigências do mercado. Para esse sistema a

educação deve voltar-se ao mercado global atendendo as necessidades de eficiência e de qualidade de serviços e produtos que visam à lucratividade e à sobrevivência do mercado competitivo. Essas pautas neoliberais na educação foram aprimoradas ainda mais durante a pandemia, colocando como necessário uma “reforma educacional” para atender as demandas trazidas pela adversidade do vírus. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2008), podemos entender que esse sistema julga o Estado incompetente para gerir a educação pública, transferindo sua gestão para a iniciativa privada, que busca a eficiência e a qualidade necessárias ao mercado, ao mesmo tempo que limita e seleciona o ingresso e a permanência na educação, para que uma elite intelectual e tecnológica seja criada.

A expansão da educação e do conhecimento apoiam-se em conceitos como modernização, diversidade, flexibilidade, competitividade, excelência, desempenho, eficiência, descentralização, integração, autonomia etc. O Banco Mundial orienta nesse sentido, educar para produzir mais e melhor, ou seja, para gerar mão de obra mais barata e conveniente aos interesses do capital. Nesse sentido, o papel do Estado é colocado, supostamente, em segundo plano, priorizando o livre curso das leis de mercado e a valorização da iniciativa privada². Durante a pandemia, o mesmo publicou um relatório intitulado “Agir agora para proteger o capital humano de nossas crianças: Os custos e a Resposta ao Impacto da pandemia da COVID- no Setor de Educação na América Latina e no Caribe”, que indicava ações necessárias para combater a “crise na educação” ocasionada pelo coronavírus, revelando que “As populações mais vulneráveis foram as que mais sofreram, evidenciando, mais do que nunca, as implicações sobre a igualdade da pandemia para o futuro do capital humano na América Latina e Caribe” (BANCO MUNDIAL, 2021, p.6). Nota-se que a preocupação do Banco Mundial com a educação se resume inteiramente à formulação de forças produtivas para suprir as necessidades do “capital humano”, e não à formação crítica e contínua do cidadão.

No médio e longo prazos, isso representará perdas significativas de capital humano e produtividade. Os prejuízos na aprendizagem podem traduzir-se em um custo econômico agregado de perda de ganhos de 1,7 trilhão de dólares (em PPP de 2017) para 10 meses de fechamento das escolas (BANCO MUNDIAL, 2021, p.7).

Nesse aspecto salientado pelo Banco Mundial, o interesse na educação é puramente econômico e mercadológico, para que supram as necessidades dessa estrutura neoliberal.

² É importante destacar que a narrativa neoliberal de “diminuição do Estado” tem relação tão somente com as suas funções sociais. Não houve momento na história do capitalismo que o aparelho político deixou de lado o seu poder de regular o equilíbrio de forças da sociedade, nem, em parte alguma, o aparato estatal se absteve de distribuir vantagens e incentivos fiscais aos capitalistas.

Na perspectiva neoliberal, o Estado é desobrigado a executar políticas públicas na área da educação, porém o próprio processo produtivo exige qualificação profissional apoiado nas novas tecnologias, requer um novo trabalhador com habilidades de comunicação, integração e flexibilidade que acompanhe o avanço científico e tecnológico da empresa. Sendo assim, a educação básica passa a ter função de desenvolver novas habilidades cognitivas, além de formar um consumidor exigente e sofisticado.

Diante do cenário pandêmico instaurado, solidificou-se a crescente necessidade abordar a escola como um ambiente que zela pela socialização e transmissão do conhecimento para crianças e adolescentes, e que, com o fechamento das mesmas, diversos alunos seriam prejudicados. Esse discurso sobre a importância da escola - contrariando o subfinanciamento e a desqualificação da educação pública por agentes públicos -, segundo minha perspectiva, sinaliza uma faceta neoliberal: o utilitarismo.

O utilitarismo na educação, como abordamos anteriormente, se mostra como um adaptador do indivíduo para o futuro mercado de trabalho, não priorizando a qualidade, mas sim a competitividade, aplicando-lhe uma racionalidade econômica ao desenvolvimento das ações sociais. Segundo Bentham (2000, p. 66),

(...) Será que o espírito liberal e a energia de cidadão livre não seriam substituídos pela disciplina mecânica de um soldado ou a austeridade de um monge? E será que o resultado deste sofisticado dispositivo não será o de produzir um punhado de máquinas sob a aparência de homens? Para dar uma resposta satisfatória a todas essas questões, que são excelentes, mas que não chegam ao cerne da questão, seria necessário referir-se diretamente à finalidade da educação. Seria mais provável que a felicidade aumentasse ou diminuísse com essa disciplina? Chamemo-los de soldados, chamemo-los de monges, chamemo-los máquinas: enquanto eles forem felizes, não devo me preocupar.

A visão utilitarista do ensino compreende entender que, ao visar o bem comum, qualquer atitude tomada independentemente das consequências geradas, como no caso do retorno às aulas no cenário de calamidade pública, terão um valor moral considerado. Porém, esse “bem comum” levantado só serviria para atender as necessidades e vontades das classes dominantes, que tem como seu interesse principal gerar lucro e formar trabalhadores conformados com as suas realidades exploratórias. Por esse motivo, a ideia do retorno às aulas enfatiza que o saber crítico construído dentro das escolas deva ser considerado inútil, porque não geram lucro, por isso esse ambiente deve ser comercializado e transformado num ambiente de conformação intelectual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão levantada ao decorrer do trabalho mostra que a necessidade de abordar o retorno das aulas, mesmo diante do elevado número de mortes e o alto índice de contágio pelo vírus, demonstra plenamente que, para a doutrina neoliberal, a escola possui função utilitarista, que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento da própria saúde e vida dos alunos e professores, uma vez que não ir à escola atrapalha o processo produtivo. Nesse aspecto, as entidades, como o Banco Mundial e os agentes públicos internos (Ministro da Educação, por exemplo), visando um bem maior para o desenvolvimento econômico capitalista, apresentam erroneamente que é válido colocar milhares de pessoas em risco, ou seja, evidenciando uma das principais pautas utilitárias: o consequencialismo.

Utilizar-se de um período de fragilidade das estruturas sociais e econômicas demonstra o quão perverso pode ser esse sistema neoliberal, que trata pessoas como seres descartáveis e substituíveis, como observa Klein (2008).

A mercantilização da educação pública faz parte de um projeto estruturado para atender as necessidades das classes dominante, que atuam incessantemente para criar dentro do ambiente escolar um espaço de conformação, apaziguamento e de “meritocracias”, onde o estudante é responsável pelo sucesso ou fracasso de seu processo formativo. A imposição de uma formação mais pragmática, que garanta maiores retornos e em curto prazo atrelada às pedagogias das competências, evidencia a nova perspectiva neoliberal do século XXI: a vida precarizada. Porém, a partir das análises feitas nos referidos autores, verificou-se que durante a pandemia não houve um aprofundamento dos ideais neoliberais, mas sim a continuidade de um projeto perverso instaurado, que teve o seu ápice em 2017 com a Reforma do Ensino Médio, que visa notoriamente garantir maiores retornos e em curto prazo, direcionando os estudantes para atender as demandas do mercado, independente de quais consequências isso trará para os mesmos futuramente. Com isso, baseando-se nas informações reunidas neste trabalho, tem-se que a hipótese inicial levantada não se confirma.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo, In: SADER, E; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

Banco Mundial libera US\$ 10 milhões para apoiar reforma do ensino médio. Ministério da Educação. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/banco-mundial-libera-us-10-milhoes-para-apoiar-reforma-do-ensino-medio> . Acesso em: 29 Nov. 2021.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico ou a Casa de Inspeção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81000/mod_resource/content/1/TC%20O%20pan%20C3%B3ptico.pdf. Acesso em: 23 Feb. 2022

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BORSATO, F.P; Fedrigo, V.M; et al. A seguridade social no brasil: um desafio para o núcleo de seguridade social e política social de saúde da unioeste. **2º seminário nacional estado e políticas sociais no brasil**. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942. Exposição de Motivos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em 4 Fev. 2022

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 4 Fev. 2022

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. BNCC – Base Nacional Comum Curricular: versão final SEE, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 4 Fev. 2022

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 237-265, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VbnpbwkmbRJCRCVr75zM8hc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 Mar. 2022.

Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação. **UNICEF, 2021**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>. Acesso em: 26 de out. de 2021;

CRISTALDO, Heloisa. **Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico**. Agência Brasil, Brasília, 29 de jan. de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 26 de out. de 2021.

DE ARAÚJO BORGES, Maria Creusa. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 26, n. 2, 2010.

ESTADÃO CONTEÚDO. MEC envia ofício às escolas para combater “doutrinação” em sala de aula. **Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mec-envia-oficio-as-escolas-para-combater-doutrinacao-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 23 Mar. 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em 4 Fev. 2022

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000b.

_____ & FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2000.

IMPrensa NACIONAL. RESOLUÇÃO No 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018 - **Imprensa Nacional**. In.gov.br. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40506790/do1-2018-09-12-resolucao-n-2-de-11-de-setembro-de-2018-40506773#:~:text=Institui%20diretrizes%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20voluntariado%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20e%20Superior.&text=CONSIDERANDO%20que%20o%20art.&text=1%C2%BA%20A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20esta%20belece,de%20ensino%20e%20suas%20institui%C3%A7%C3%B5es.>. Acesso em: 18 Feb. 2022.

JOHNSON, Guillermo. **As Diretrizes das Políticas Sociais sob o Processo de Recolonização da América Latina**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-08.pdf>>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

JOVEM PAN NEWS. Milton Ribeiro diz que doutrinação de esquerda na escola “é problema a ser resolvido.” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P9Cc1O3uoUI>>. Acesso em: 23 Mar. 2022.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre / Naomi Klein**; tradução de Vania Cury. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGALHÃES, F. N. C. (2016). **O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica**. *GEOgraphia*, 18(37), 35-60. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i37.a13757>. Acesso em: 26 Jan. 2022

Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf. Acesso em: 4 Fev. 2022.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo**. Iluminuras, 2020.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Programa Escola sem Partido - Escola Sem Partido. Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 23 Feb. 2022.

REIS, V.; SARTORI, A. S. 2018. Educação pública em risco: descontinuidades, golpes e resistência. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 1. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v1n1.38004>. Acesso em 22 Mar. 2022’

RIBEIRO, Darcy. **Obviedades. In: Sobre o óbvio – Ensaios Insólitos**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

RISSI, Lorena Mariane et al. POLÍTICA EDUCACIONAL E A ESTRUTURA DO PENSAMENTO ECONÔMICO–DE FHC A LULA. **Revista Interfaces**, v. 10, n. 04, p. 228-240, 2019. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/download/6080/4386. Acesso em 21 de Mar. 2021.

RISTOFF, Taís. As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil. **Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica**. Niterói. 2017. p. 1-33.

RUSSI, Anna. **Guedes fala em liberar R\$ 1 bi para Educação e defende voucher no lugar do Fies**. Cnnbrasil.com.br. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/guedes-fala-em-liberar-r-1-bi-para-educacao-e-defende-voucher-no-lugar-do-fies/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SANTOS, M. S., & MARTINS, J. R. Análise do Estado de Bem-Estar Social sob a ótica Keynesiana: seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Martins-25/publication/354511203_ANALISE_DO_ESTADO_DE_BEM-ESTAR_SOCIAL_SOB_A_OTICA_KEYNESIANA_SEU_DESENVOLVIMENTO_ASCENSAO_E_ENFRAQUECIMENTO/links/613ba78801846e45ef3e3085/ANALISE-DO-ESTADO-DE-BEM-ESTAR-SOCIAL-SOB-A-OTICA-KEYNESIANA-SEU-DESENVOLVIMENTO-ASCENSAO-E-ENFRAQUECIMENTO.pdf. Acesso em: 30 Mar. 2022.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

SILVA, Marcelo Lira. A natureza e os fundamentos do neoliberalismo. **Revista ORG & DEMO**, v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/3427/2706>. Acesso em: 22 de Mar. 2022.

UNDIME, Inep divulga dados da 1ª etapa do Censo Escolar 2020, **Undime**. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/31-01-2021-14-07-inep-divulga-dados-da-1-etapa-do-censo-escolar-2020#:~:text=Matr%C3%ADculas%20%E2%80%93%20Censo%20Escolar%202020,1%2C2%25%20no%20total.>>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

UOL. Ministro da Educação pede volta às aulas presenciais: “Necessidade urgente.” **Uol.com.br**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/07/20/ministro-da-educacao-convoca-alunos-para-retorno-as-aulas-presenciais.htm>>. Acesso em: 23 Mar. 2022.

WORLD BANK GROUP. Agir agora para proteger o capital humano de nossas crianças: Os custos e a Resposta ao Impacto da pandemia da COVID- no Setor de Educação na América Latina e no Caribe. **World Bank**. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20now-sumPT.pdf>. Acesso em 22 Mar. 2022.

ZANATTO, Nilsom. **Pensamento neoliberal: os argumentos da proposta de redução da participação do estado da economia**. 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/108526/CNM0168-M.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 Mar. 2022.